

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos para apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis da FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como as Notas Explicativas e os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho de Administração, atendendo as determinações do Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

Ambiente Econômico

Com um cenário econômico deteriorado e com a inflação acima do teto da meta, a autoridade monetária vem atuando com uma política monetária restritiva, elevando a taxa de juros básica da economia - Selic, com isso o desafio que precisa ser enfrentado pela empresa é de austeridade e criteriosa seletividade na concessão de crédito e rigoroso e efetivo controle na cobrança.

Resultado do Exercício

A empresa apresentou um resultado negativo no exercício, gerado basicamente pela constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 7.167 mil, conforme recomendação do Conselho de Administração, alinhado às boas práticas de mercado e também pela elevação das despesas de pessoal, embora com redução do quadro.

Ativos e Outras Operações

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, representados por Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta.

Em atendimento à Instrução CVM N° 381/03, esclarecemos que os auditores independentes não prestaram outros serviços além da auditoria externa no período.

Atendendo as Resoluções N° 3.380, 3.464, 3.721, 3.988 e 4.090 do BACEN, informamos que foi criada, respectivamente, a estrutura de gerenciamento de capital bem como a estrutura de gerenciamento do risco operacional, de crédito, de mercado e de liquidez, sendo efetivamente implementadas, através de ferramentas específicas para a identificação e o monitoramento dos riscos, cujo relatório anual sobre a gestão de riscos se encontra à disposição na sede da empresa. A metodologia de cálculo adotada para o cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido relativo ao risco operacional é “Abordagem do Indicador Básico” (Resolução N° 4.193 e Circular N° 3.640).

Considerações Finais

Manifestamos nosso reconhecimento pela preferência e confiança que nossos clientes e acionistas sempre nos têm dispensado e aos nossos funcionários pelo apoio e empenho demonstrados.

Novo Hamburgo, 25 de janeiro de 2016.

Conselho de Administração e Diretoria

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

ATIVO	31.12.2015	31.12.2014
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	14.005	23.428
DISPONIBILIDADES	104	258
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	2.560	4.052
Aplicações Em Depósitos Interfinanceiros	2.560	4.052
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	5.764	5.018
Carteira Própria	5.764	5.018
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5.545	14.062
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	11.569	15.030
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(6.024)	(968)
OUTROS CRÉDITOS	12	11
Impostos e Contribuições a Compensar	12	11
OUTROS VALORES E BENS	20	27
Outros Valores e Bens	10	14
Despesas Antecipadas	10	13
NÃO CIRCULANTE	8.096	6.139
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.744	4.702
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.743	3.618
Setor Privado:		
Operações de Crédito Normal	3.022	4.062
Provisão p/Oper. de Créd. de Liq. Duvidosa	(1.279)	(444)
OUTROS CRÉDITOS	4.988	1.064
Créditos Tributários	4.936	1.019
Devedores por Dep. em Garantia	39	31
Opções p/Incentivos Fiscais	13	14
OUTROS VALORES E BENS	13	20
Despesas Antecipadas	13	20
PERMANENTE	1.352	1.437
INVESTIMENTOS	21	21
Investimentos por Incentivos Fiscais	10	10
Ações e Cotas	9	9
Outros Investimentos	2	2
IMOBILIZADO DE USO	1.331	1.416
Imóveis de Uso	2.095	2.095
Outras Imobilizações de Uso	948	1.027
Depreciações Acumuladas	(1.712)	(1.706)
TOTAL	22.101	29.567

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL
Pela Legislação Societária

PASSIVO	31.12.2015	31.12.2014
	R\$ MIL	R\$ MIL
CIRCULANTE	3.165	6.013
RECURSOS DE ACEITES E EMISS. DE TÍTULOS	2.298	4.702
Recursos de Aceites Cambiais	2.298	4.702
OUTRAS OBRIGAÇÕES	867	1.311
Cobrança e Arrec. de Tributos	4	30
Sociais e Estatutárias	0	207
Fiscais e Previdenciárias	112	180
Provisão p/Pagamentos a Efetuar	634	465
Prov. para Passivos Contingentes	39	31
Diversas	78	398
NÃO CIRCULANTE	1.574	1.443
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.574	1.443
OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.574	1.443
Fiscais e Previdenciárias	1.574	1.443
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.362	22.111
CAPITAL		
Ações Ordinárias - País	12.351	12.351
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	578	638
RESERVAS DE LUCROS	2.944	7.450
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	1.489	1.672
TOTAL	22.101	29.567

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Pela Legislação Societária

	01.07.2015	01.01.2015	01.01.2014
	a	a	a
	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.165	6.047	7.295
Operações de Crédito	2.269	4.740	5.909
Resultado de Operaç. Com.Tít. e Val. Mobil.	896	1.307	1.386
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(5.116)	(7.632)	(1.449)
Operações de Captação no Mercado	(207)	(465)	(457)
Provisão para Créditos de Liq. Duvidosa	(4.909)	(7.167)	(992)
RESULTADO BRUTO DA INTERM. FINANCEIRA	(1.951)	(1.585)	5.846
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(3.649)	(6.879)	(5.413)
Receitas de Tarifas Bancárias	47	242	449
Despesas de Pessoal	(2.599)	(5.093)	(4.066)
Outras Despesas Administrativas	(978)	(1.715)	(1.326)
Despesas Tributárias	(119)	(272)	(408)
Outras Receitas Operacionais	11	21	61
Outras Despesas Operacionais	(11)	(62)	(123)
RESULTADO OPERACIONAL	(5.600)	(8.464)	433
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	5	8	846
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	(5.595)	(8.456)	1.279
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.779	3.917	(482)
Provisão Para Imposto de Renda	0	0	(302)
Provisão Para Contribuição Social	0	0	(180)
Ativo Fiscal Diferido	2.779	3.917	(180)
PARTICIPAÇÕES NO LUCRO	0	0	(116)
LUCRO LÍQUIDO	(2.816)	(4.539)	681
LUCRO POR AÇÃO EM R\$	(3,08)	(4,97)	0,74

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Pela Legislação Societária

R\$ MIL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	OUTROS RESULTADOS ABRANGEN- TES	RESERVAS DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS ACUMU- LADOS	TOTAL	RESULTADO ABRANGENTE DA COMPANHIA
			LEGAL	ESPECIAL				
PERÍODO DE 01.07.2015 A 31.12.2015								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	628	391	5.352	1.775	0	20.497	0
OUTROS EVENTOS	-	(50)	-	-	-	17	(33)	(33)
Realização de Res. de Reavaliação	-	(57)	-	-	-	17	(40)	(40)
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	7	-	-	-	-	7	7
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(286)	-	(286)	(286)
PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	(2.816)	(2.816)	(2.816)
DESTINAÇÕES	-	-	-	(2.799)	-	2.799	0	-
Reservas	-	-	-	(2.799)	-	2.799	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	578	391	2.553	1.489	0	17.362	(3.135)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(50)	-	(2.799)	(286)	0	(3.135)	(3.135)
PERÍODO DE 01.01.2015 A 31.12.2015								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	638	391	7.059	1.672	0	22.111	0
OUTROS EVENTOS	-	(60)	-	-	-	33	(27)	(27)
Realização de Res. de Reavaliação	-	(74)	-	-	-	33	(41)	(41)
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	14	-	-	-	-	14	14
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	(183)	-	(183)	(183)
PREJUÍZO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	(4.539)	(4.539)	(4.539)
DESTINAÇÕES	-	-	-	(4.506)	-	4.506	0	-
Reservas	-	-	-	(4.506)	-	4.506	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	578	391	2.553	1.489	0	17.362	(4.749)
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(60)	-	(4.506)	(183)	-	(4.749)	(4.749)
PERÍODO DE 01.01.2014 A 31.12.2014								
SALDOS NO INÍC.DO PERÍODO	12.351	657	370	6.613	1.502	0	21.493	0
OUTROS EVENTOS	-	(19)	-	-	-	33	14	14
Realização de Res. de Reavaliação	-	(33)	-	-	-	33	0	-
Imposto e Contrib.s/Res.de Reavaliação	-	14	-	-	-	-	14	14
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	170	-	170	170
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	-	681	681	681
DESTINAÇÕES	-	-	21	446	-	(714)	(247)	-
Juros s/Capital Próprio	-	-	-	-	-	(411)	(411)	-
Efeito Tributário s/Juros	-	-	-	-	-	164	164	-
Reservas	-	-	21	446	-	(467)	0	-
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	12.351	638	391	7.059	1.672	0	22.111	865
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	(19)	21	446	170	0	618	865

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

Pela Legislação Societária

	01.07.2015	01.01.2015	01.01.2014
	a	a	a
	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2.816)	(4.539)	681
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM O CAIXA:	12	63	259
Depreciações	44	89	81
Efeito Tributário s/Juro s/Capital Próprio	0	0	165
Impostos e Contribuições s/Res. de Reavaliação	(32)	(26)	13
(AUMENTO) DIMINUIÇÃO EM ATIVOS OPERACIONAIS	4.565	7.227	(900)
(Aumento) Diminuição das Aplicações Interfinanceiras De Liquidez	353	1.491	(31)
(Aumento) Diminuição de Títulos e Valores Mobiliários	(172)	(746)	269
(Aumento) Diminuição de Operações de Crédito	7.085	10.392	(1.509)
(Aumento) Diminuição de Outros Créditos	(2.712)	(3.925)	354
(Aumento) Diminuição de Outros Valores e Bens	11	15	17
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) EM PASSIVOS OPERACIONAIS	57	(314)	42
Aumento de Outras Obrigações	57	(314)	42
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.818	2.437	82
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de Imobilizado de Uso	26	26	2
Aplicação Imobilizado de Uso	(16)	(30)	(145)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	10	(4)	(143)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento (Diminuição) de Aceites Cambiais	(1.744)	(2.404)	204
Juros sobre Capital Próprio	0	0	(411)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(286)	(183)	170
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(2.030)	(2.587)	(37)
EFEITOS DA OSCILAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	306	258	355
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	104	104	258
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(202)	(154)	(98)

FINANSINOS S/A – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 91.669.747/0001-92

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pela Legislação Societária

	01.07.2015	01.01.2015	01.01.2014
	a	a	a
	31.12.2015	31.12.2015	31.12.2014
	R\$ MIL	R\$ MIL	R\$ MIL
COMPOSIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
RECEITAS	(1.680)	(849)	7.659
Receitas da Intermediação Financeira	3.165	6.047	7.295
Receitas de Prestação de Serviços	47	241	449
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(4.909)	(7.167)	(992)
Outras Receitas	17	30	907
DESPESAS DA INTERMEIDÇÃO FINANCEIRA	(207)	(466)	(457)
INSUMOS DE TERCEIROS	(945)	(1.687)	(1.368)
Materiais, Energia e Outros	(499)	(1.005)	(1.014)
Serviços de Terceiros	(441)	(673)	(344)
Outros	(5)	(9)	(10)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.832)	(3.002)	5.834
RETENÇÕES	(44)	(89)	(81)
Depreciações e Amortizações	(44)	(89)	(81)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	(2.876)	(3.091)	5.753
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	(2.876)	(3.091)	5.753
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
PESSOAL	2.323	4.472	3.510
Remuneração Direta	1.722	3.148	2.944
Benefícios	188	398	384
FGTS	413	926	182
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	(2.384)	(3.024)	1.562
Federais	(2.387)	(3.045)	1.532
Municipais	3	21	30
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	(2.815)	(4.539)	681
Juros Sobre Capital Próprio	0	0	247
Reinvestimentos de Lucros	(2.815)	(4.539)	434
TOTAL DA DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(2.876)	(3.091)	5.753

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com normas e padrões aprovados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e, com normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e estão sendo apresentadas segundo os modelos definidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), instituído pelo BACEN, na forma da Legislação Societária, tendo em vista que a Lei N.º 9.249, de 26.12.95, através dos seus artigos 4º e 5º, extinguiu a correção monetária de balanço a partir de 1996, tanto para efeitos fiscais, quanto para fins societários.

2 - PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na contabilização das operações e na elaboração das demonstrações foram as seguintes:

- a) as receitas e despesas foram apuradas pelo regime de competência e refletem valores nominais;
- b) as depreciações foram calculadas pelo método linear, utilizando-se taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, as quais são as seguintes: Imóveis 1,66%; Instalações, Móveis e Utensílios, Sistema de Comunicação e de Transportes, 10% e Sistemas de Processamento de Dados, 20%;
- c) a provisão para o imposto de renda é calculada a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional previsto na legislação, e a contribuição social, a alíquota de 15%, sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustadas pela realização do crédito tributário;
- d) as contas do Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, são demonstradas pelo valor de realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos e as variações monetárias incorridas, e deduzindo as correspondentes rendas a apropriar;
- e) a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base na análise das garantias e riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas.
- f) as contas do Passivo Circulante são demonstradas por seus valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridas, deduzidas das correspondentes despesas a apropriar.
- g) Redução do valor recuperável de ativos (“Impairment”) – O imobilizado e outros ativos não circulantes são revisados anualmente sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida no resultado do período pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Em 31 de dezembro de 2015 não existem indícios da necessidade de redução de valor recuperável dos ativos não financeiros.

3 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários são títulos disponíveis para venda, Cotas de Fundos de Investimento e de ações de Companhia Aberta que se encontram atualizados pelo valor da cota e/ou pelo valor médio de negociação no último dia do mês;

4 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A composição da carteira de operações de crédito por tipo de cliente e atividade econômica, em 31.12.2015, demonstramos a seguir em R\$ mil:

NÍVEIS	INDÚSTRIA	COMÉRCIO	SERVIÇOS	PESSOAS FÍSICAS	TOTAL
OPERAÇÕES	DE CRÉDITO	NORMAL			
A	-	56	185	3.633	3.874
B	184	15	82	38	319
C	-	-	-	25	25
D	59	110	508	82	759
E	-	-	723	-	723
H	777	-	-	-	777
OPERAÇÕES	VENCIDAS				
B	9	-	-	323	332
C	-	-	9	273	282
D	-	-	905	230	1.135
E	-	-	630	98	728
F	-	-	-	67	67
G	-	-	-	67	67
H	1.834	1.230	1.494	945	5.503
TOTAL	2.863	1.411	4.536	5.781	14.591

5 - CRÉDITOS BAIXADOS EM PROVISÃO

O montante de créditos baixados, contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, durante o exercício foi de R\$ 1.275 mil (R\$ 973 mil em 2014), tendo sido recuperados R\$ 664 mil (R\$ 318 mil em 2014).

6 - CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O crédito tributário de Imposto de Renda e Contribuição Social decorre de diferenças entre os critérios estabelecidos pela Receita Federal e Banco Central do Brasil, para o reconhecimento de despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 3.906 mil, de provisões para possíveis perdas em ações trabalhistas no valor de R\$ 183 mil e de prejuízos fiscais de R\$ 847 mil. Há expectativa de geração de resultados positivos nos próximos cinco anos, com a consequente geração de obrigações com impostos e contribuições.

7 - CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é de R\$ 12.351 mil representado por 913.778 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

8 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

O saldo inicial e final de Outros Resultados Abrangentes corresponde ao saldo da Reserva de Reavaliação.

9 – RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Está representado por alugueis de imóveis não destinados ao uso. Em 2014 tivemos ganhos em processo judicial.

10 - DIVIDENDO

O Estatuto Social da empresa prevê dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido após ajustes previstos na Lei das Sociedades por Ações. Em função de prejuízo no período não foi declarado dividendo em 2015. No exercício de 2014 o dividendo proposto está demonstrado em R\$ mil:

DISCRIMINAÇÃO	2015	2014
Lucro (Prejuízo) Líquido	(4.539)	681
Realização de Reserva de Reavaliação	33	33
(-) Reserva Legal constituída	-	22
Base de Cálculo do dividendo	(4.506)	692
Dividendo proposto (juros líquido de IR)	-	350
Percentual do dividendo	-	50,58
Número de ações com direito a dividendo	913.778	913.778
Dividendo por ação em R\$	-	0,38

Os dividendos propostos em 2014 foram creditados aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no art. 9º da Lei N° 9.249/95.

11 – JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Atendendo determinação da Circular N.º 2.739/97 do BACEN, os efeitos dos juros sobre o capital próprio, calculados conforme Artigo 9º da Lei N° 9.249/95, foram reclassificados para Lucros Acumulados, conforme abaixo em R\$ mil:

	2015	2014
Resultado Líquido	(4.539)	681
Juros s/Capital Próprio	-	(411)
Efeito Tributário s/Juros	-	164
	-----	-----
Resultado Líquido Ajustado	(4.539)	434

12 - SEGUROS CONTRATADOS

A empresa mantém contratos de seguro em montantes considerados adequados para a cobertura de eventuais riscos, conforme discriminação abaixo em R\$ mil:

ESPÉCIE	OBJETO	2015	2014
Incêndio	Imóveis, Instal., Mów. e Equip. etc.	4.000	4.000
Automóvel	Veículos	77	77
Roubo	Máquinas e Equipamentos	35	35
R. Diversos	Imóveis e R. Civil	905	905

13 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações de captação com outras partes relacionadas, realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos e volumes de operação, são as seguintes em R\$ mil:

	2015		2014	
	PASSIVO	DESPESAS SEMESTRE EXERCÍCIO	PASSIVO	DESPESAS EXERCÍCIO
PESSOAS FÍSICAS				
Recursos de Aceites Cambiais	1.951	125 299	3.182	259

As captações através de recursos de aceites cambiais são remuneradas a taxa média de 95% do CDI.

14 – APLICAÇÃO DO DISPOSTO NA LEI Nº 11.638 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2007 E ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

A aplicação das disposições da Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 e nº 11.941 de 27 de maio de 2009, também levando em consideração os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) na elaboração das demonstrações contábeis não produziu qualquer impacto no resultado do exercício da instituição.

A empresa optou por manter a Reserva de Reavaliação até a sua efetiva realização por depreciação ou alienação, cujos efeitos na base de cálculo dos dividendos estão descritos na nota explicativa nº 10.

A estrutura de controle dos riscos de mercado, operacional, de crédito, de liquidez e de capital, encontra-se efetivamente implementada, através de ferramentas específicas para identificação e monitoramento dos riscos, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas. Os Diretores responsáveis pela gestão de riscos, juntamente com os demais gestores que suportam os comitês de riscos, analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

RICARDO DA CRUZ FRANCK
Diretor Presidente

MAURO ELAR FERRARI
Diretor e de Relações com
Investidores

MAURO ELAR FERRARI
Contador CRC-RS Nº 43.340
CPF Nº 215.545.600-04

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo assinados, membros do Conselho de Administração da FINANSINOS S/A – Crédito, Financiamento e Investimento, atendendo preceitos legais e estatutários, após examinarem os documentos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como o Relatório da Administração e as respectivas demonstrações financeiras, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem, decidiram sua aprovação.

Novo Hamburgo, 25 de janeiro de 2016.

CESAR AUGUSTO PERONI ODY
Presidente

MARIA HELENA ADAMS PEREZ
Vice Presidente

BEATRIZ SELBACH SCHMIDT

DANIELA ODY NEDEL

PAULO CESAR SANVITTO

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da FINANSINOS S/A – CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Declaramos ainda que revimos, discutimos e concordamos com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Novo Hamburgo, 31 de dezembro de 2015.

RICARDO DA CRUZ FRANCK
Diretor Presidente

MAURO ELAR FERRARI
Diretor e de Relações com Investidores

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS**

Ilmos Srs.

Diretores da

Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento

Novo Hamburgo - RS

*Examinamos as demonstrações financeiras da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.*

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

*Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Finansinos S/A – Crédito, Financiamento e Investimento** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.*

Outros Assuntos

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA) para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 19 de janeiro de 2016.

CARLOS ALFREDO MOG
Contador Responsável
CRCRS Nº 34.612

MBAUDIT – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRCRS Nº 3.864